

**O REGRESSO DA “VELHA”:
O(S) TEMPO(S) DA CENSURA^{1*}**

**THE RETURN OF THE “OLD WOMAN”:
TIME(S) OF CENSORSHIP**

Maria Inácia Rezola
Escola Superior de Comunicação Social
Instituto de História Contemporânea

Resumo

A morte política de Salazar e a sua substituição por Marcelo Caetano (Setembro de 1968), gerou uma enorme expectativa uma vez que, na primeira comunicação ao país, o novo Presidente do Conselho apresentou o seu governo sob o signo da “renovação na continuidade” deixando antever um intuito liberalizante. No entanto, no domínio da comunicação, as suas primeiras disposições da censura acentuarão a continuidade mais do que a renovação, reafirmando alguns dos princípios basilares instituídos no período salazarista.

Com este artigo propomo-nos lançar pistas para aprofundar os estudos sobre a censura à imprensa nos primeiros anos do marcelismo e, desta forma, compreender melhor o posicionamento

^{1*} Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 – Para uma história do jornalismo em Portugal.

do poder político relativamente à informação. Para tal analisaremos a intervenção da Censura na imprensa diária no segundo semestre de 1970, a partir da documentação da Direção dos Serviços de Censura. Através da amostra definida, procurar-se-á estabelecer uma tipificação dos cortes efetuados, nomeadamente no que diz respeito ao grau de intervenção, âmbito, frequência, temáticas e órgãos visados.

Palavras-chave: Censura à imprensa; Marcelismo; Direção dos Serviços de Censura; Liberdade de expressão; Opinião pública.

Abstract

Salazar's political death and his replacement by Marcelo Caetano (September 1968) raised huge expectations since, in his first State of the Nation address, the new Prime Minister presented his government under the sign of "renewal in continuity", suggesting a liberalizing intention. However, as regards the media, the first censorship provisions of his consulate highlighted the "continuity" more than the "renewal", reaffirming some of the basic principles established under Salazar's governance.

It is our aim to offer some means of reflection to deepen the study on press censorship in the early years of Marcelism and, in this way, to better understand the position of the political power vis-à-vis information. To this end we will analyze the intervention of censorship in the daily press in the second half of 1970, from *Direção dos Serviços de Censura* archives. Through the defined sample, an attempt will be made to establish a typification of the cuts made, namely with regard to the degree of intervention, scope, frequency, themes and target newspapers.

Keywords: Press censorship; Marcelism; Directorate of Censorship Services; Freedom of expression; Public opinion.

“(...) a liberdade de expressão tornar-se uma das pedras angulares das sociedades democráticas contemporâneas na sua luta constante pelo desenvolvimento e pela paz” (Isabel Vargues)

“O século XX foi, entre muitos outros aspetos identitários, um tempo dos media” (Vargues, 2007, p.11). Isabel Vargues iniciava assim a nota de apresentação do número temático “O(s) tempo(s) do(s) medi@” que coordenou para a revista *Estudos do Século XX* em 2007. Contando com contributos de destacados académicos, a obra foi organizada em três secções (“Tempos e Transformações”, “História e Memória” e “Cultura e *Media*”) tendo em vista promover uma reflexão sobre os *media* e a sua história. Este “pensar os *media*” de Isabel Vargues constitui um contributo fundamental para o progresso de uma área de estudos que, ainda que florescente, necessita de um novo impulso. Académica com obra e créditos firmados em domínios como a História Política e Cultural dos séculos XIX a XX, Isabel Vargues dedicou uma parte importante da sua carreira académica à História do Jornalismo, da Comunicação e dos *Media*. A ela se deve, por exemplo, uma magistral leitura interpretativa sobre a história da imprensa diária portuguesa no século XX que, dada à estampa como “nota de apresentação” de uma importante obra de referência (Lemos, 2006: 29-141), mereceria uma publicação autónoma.

Nos estudos de Isabel Vargues é recorrente a ideia de que a liberdade de expressão é uma “das pedras angulares das sociedades democráticas contemporâneas” integrando uma luta mais ampla “pelo desenvolvimento e pela paz” (Vargues, 2007, p. 11). Este conceito ultrapassa, no entanto, a dimensão académica de Isabel Vargues. Ainda que fugazes, os nossos encontros e conversas pautaram-se sempre pela afabilidade e serenidade, qualidades contagiantes da Isabel. Por isso, não hesitei em participar nesta homenagem que, em boa hora, lhe prestam. Esta é a forma de lhe expressar a minha admiração.

Pensar os *media*: imprensa e censura no Marcelismo

É já abundante a bibliografia académica sobre os *media* e a comunicação no período final do Estado Novo (1968-1974), sendo cada vez mais difícil levar a cabo uma revisão da literatura que contemple todas as dimensões já estudadas. Afastando qualquer pretensão de exaustividade, limitemo-nos a assinalar alguns dos aspetos destacados por estas obras.

Na sua primeira comunicação ao país, o novo presidente do Conselho apregou um desejo de renovação por muitos interpretado como um propósito liberalizante (Reis, 1990). A ideia de que, tal como noutros domínios, também no campo dos *media* o advento do marcelismo gerou expectativas de mudança é frequentemente enunciada (Azevedo, 1999; Tengarrinha, 2006, p. 65; Cabrera, 2006, p. 93). Como observou Vasco Pulido Valente (2002, p. 7), “tudo se esperou dele”.

Um das primeiras teses de doutoramento sobre a imprensa no período de 1968 a 1974 foi *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*, estudo em que Ana Cabrera (2006) se propôs analisar não apenas o posicionamento do poder político perante a informação como também o funcionamento da imprensa e o papel dos jornalistas. Ou seja, partindo da ideia de que o Marcelismo constitui um terreno particularmente relevante e fecundo para um estudo sobre a imprensa, Cabrera (2006, p. 15) observa-a “de diversos lugares: a partir do poder político; dos interesses das movimentações económicas; dos jornalistas; e dos jornais”.

Nas obras de vulto sobre o período destaca-se também *Mercado Media em Portugal no período Marcelista*, tese de doutoramento de Suzana Cavaco (Cavaco, 2012) em que se apresenta uma reflexão aprofundada sobre as relações entre o poder político, os “atores media” (redatores, chefes de redação, diretores, administradores e proprietários) e os grupos económicos.

Outros autores centraram-se no estudo de meios como a televisão ou a rádio dando conta das mudanças operadas e das suas especificidades. Rui Cádima observa como a televisão foi “mais marcadamente” instrumentalizada do que no tempo de Salazar (Cádima, 1996, p. 334). Dina Cristo (2005, p. 135), para quem a partir de 1958 “Portugal era um país à escuta”, apresenta o dispositivo radiofónico como “um dos principais centros da luta política em Portugal” na fase final da ditadura.

Os anos 60 do século XX são retratados, por estes e outros autores, como uma época de “mudança de conceções sobre a profissão de jornalista” (Sobreira, 2003, p. 167), em que se assistiu ao ingresso no ofício de jovens saídos das universidades, com experiência de participação nos movimentos associativos, com forte consciência política e, sobretudo, com uma nova conceção do jornalismo enquanto instrumento de influência social. A compreensão das transformações então operadas exige que acompanhemos Fernando Correia e Carla Baptista (2007) na sua incursão nas *mudanças no jornalismo português* no período de 1956-1968. Segundo estes autores, a crescente tensão entre a velha tradição jornalística e as novas gerações iniciou-se antes da chegada ao poder de Marcelo Caetano, num contexto de profundas mudanças que proporcionarão um salto qualitativo no campo mediático.

Sendo neste âmbito impossível explorar o recente e profícuo filão de obras sobre o “Império” e a Guerra Colonial, chamamos a atenção para os estudos sobre a censura, um dos temas privilegiados pelos autores que se têm debruçado sobre a história dos *media* e do jornalismo no consulado de Marcelo Caetano. Segundo Paqueta de Oliveira (1983 *apud* 2017, p. 171), “O sistema de censura em Portugal era um circuito fechado quase perfeito, que atuava com a segurança que dava o regime, de tal modo que Salazar poderia tranquilamente dizer: ‘Politicamente só existe o que o público sabe que existe...’”. A Primavera marcelista não aportou alterações substanciais neste

domínio dado que, apesar das diferenças em termos de política de informação, Caetano usou “idênticos meios institucionais de poder, incluindo os de natureza repressiva” (Tengarrinha, 2006, p. 198).

Pioneiros neste domínio, António Monteiro Cardoso e Arons de Carvalho são autores incontornáveis para quem se propõe estudar a legislação da comunicação social (Carvalho e Cardoso, 1971), *A Censura e as Leis de Imprensa* (Carvalho, 1973) ou *A Censura à Imprensa na Época Marcelista* (Carvalho, 1999).

Também Graça Franco dedicou ao período um capítulo do seu livro sobre a censura em Portugal nos séculos XIX e XX, dado conta, por exemplo, das novas orientações aos serviços de censura (Franco, 1993, pp. 143-184). A Cândido de Azevedo (1999) devemos *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, obra que se destaca não apenas pela recolha de depoimentos de jornalistas e escritores que viveram sob a “Câmara de Torturar palavras” (J. Cardoso Pires *apud* Azevedo, 1999, p. 13), como também pela perspetiva dilatada da presença tentacular da censura no Salazarismo/Marcelismo. Neste contexto é fácil entender porque é que, segundo César Príncipe (1979, p. 149), “A abolição da censura constituiu uma reivindicação permanente da oposição democrática à ditadura”.

No início dos anos 1980, Paquete de Oliveira advertiu que o “levantamento do perfil sócio-profissional-cultural dos oficiais da censura” (Oliveira, 2017, p. 170) estava por realizar. Essa lacuna foi felizmente colmatada por Cardoso Gomes que examinou não apenas a relação entre os militares e a censura nos primeiros anos do regime (1926-1945) (Gomes, 2006) como também nos proporcionou uma exaustiva radiografia do quadro do pessoal político da censura na época Marcelista (Gomes, 2013).

Quase todos os autores, seja os que produziram obras de cariz abrangente sobre o período, seja os que estudaram especificamente a censura e os seus mecanismos, chamam a atenção para o facto de que, apesar de “naturalmente abalada”, a censura “nem se desorga-

nizou nem perdeu o rumo” nos últimos anos do regime (Azevedo, 1999, p. 455). Como observa Isabel Vargues, “com Marcelo Caetano, a partir de 1968, a censura continuou, reforçando-se, e os serviços de censura exerceram-se por todo o país nas suas dezoito delegações” (Vargues, 2007, p. 55).

Os estudos apresentados dão ainda conta da pretensão de Caetano constituir uma opinião pública ativa e de implementar novas vias de relacionamento entre os *media* e o poder. Segundo Márcio Barbosa (2015, p. 234), enquanto ministro da presidência (1955-1958), Marcelo Caetano “aliviara sobremaneira o crivo” da censura. Terá mesmo repetidamente afirmado ser favorável à abolição da censura prévia, postulando a sua substituição por uma legislação da imprensa baseada na repressão administrativa e judicial (Carvalho, 1999, p. 69). No entanto, uma vez chegado ao poder, dois fatores condicionarão determinantemente o seu projeto: a sua recusa e/ou incapacidade em romper com a ditadura (o que significava, entre outras coisas, acabar com a censura) e as novas realidades e dinâmicas no campo dos *media*.

As frequentemente citadas Instruções à Censura de Outubro de 1968 (Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1980: I, 214-217) dão conta de que, desde cedo, ficou evidente de que a anunciada liberalização teria os seus limites e que os caminhos pensados por Caetano não passavam pelo fim imediato dos constrangimentos censórios. Os traços de continuidade com o consulado salazarista eram evidentes, nomeadamente no que dizia respeito aos “temas proibidos”.

A censura nos alvares do marcelismo

Os estudos mencionados deixam patente a importância de ampliar os nossos conhecimentos sobre a atuação da censura nos primeiros anos do marcelismo. Três fatores condicionaram a nossa opção pela análise dos “relatórios de serviço” da Direção dos Serviços de Censura

(DSC) do segundo semestre de 1970 (PT/TT/SNI-DSC/1-1/6). O primeiro foi de ordem prática e decorreu da dificuldade em encontrar séries contínuas e completas para os anos anteriores. Cobrindo o período de 1929 a 1974, os documentos da DSC disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo constituem um vasto acervo que integra o fundo do Secretariado Nacional de Informação (SNI). Antes de serem incorporados na Torre do Tombo, esses materiais estiveram, sob a custódia da Direção Geral da Comunicação Social, no depósito do Pendão (Queluz) onde as condições de segurança e preservação eram manifestamente precárias. Recorde-se ainda que o fundo sofrera uma primeira delapidação no imediato pós-25 de Abril. Arons de Carvalho, por exemplo, recorda ter assistido ao assalto popular às instalações dos serviços de censura à imprensa, na Rua da Misericórdia, na manhã de 26 de abril de 1974, confessando ainda ter “recolhido”, dias depois, “dois ou três documentos” na sede da censura (Carvalho, 2009).

O interesse pelo estudo do segundo semestre de 1970 decorreu ainda do facto de nos situarmos num momento anterior à transformação da DSC em Direção Geral de Informação (DGI), à mudança de designação da Censura para “Exame Prévio” e da publicação da Lei de Imprensa (1972).

Finalmente, refira-se que, no contexto da apresentação à Assembleia Nacional da proposta governamental de Lei de Imprensa, a DGI envia uma importante missiva aos censores. O documento (PT-TT-SNI-DSC-15-2) divide-se em três partes. A primeira, datada de 5 de fevereiro de 1971, explica os objetivos da iniciativa: fornecer aos censores “as instruções por que deve pautar-se a sua atividade”, conferindo a todas as regras uma “fundamentação legal”, “a fim de consentir uma maior uniformidade de atuação” e facilitar “a interpretação necessária e o preenchimento das lacunas inevitáveis”. Com data de 21 de Dezembro de 1970, essas “Instruções sobre censura de publicações gráficas” ocupam 17 páginas e apresentam como anexos (“Apêndice”

e “anexo de documentos”) uma grelha com exemplos de cortes efetuados em novembro e dezembro de 1970 e as respetivas “provas”.

Como se observa na nota que abre a missiva, “a publicação de uma nova Lei de imprensa obrigará à redação de outras instruções”. No entanto, explica, “as que agora se comunicam” visavam “esclarecer as diretrizes repetidamente comunicadas” e testar as eventuais dificuldades na sua aplicação.

Tendo em conta os argumentos apresentados, propusemo-nos estudar os “relatórios do serviço” da DSC no segundo semestre de 1970 (PT/TT/SNI-DSC/1-1/6). No total analisámos 147 relatórios produzidos entre 1 de julho e 31 de dezembro de 1970. Trata-se maioritariamente de relatórios diários, constituindo exceção a esta regra os fins de semana (momento em que era produzido um documento único incluindo os dados de sábado e domingo).

Os relatórios apresentam uma estrutura uniforme ao longo de todo o período, dividindo-se em cinco partes: (A) Intervenção nos jornais; (B) Intervenções nas agências noticiosas; (C) Intervenções nas revistas e jornais estrangeiros; (D) Censura de ordem militar; (E) Livros proibidos. As duas primeiras (A e B), relativas aos resultados da atuação dos serviços na imprensa diária e nos telex das agências noticiosas são, em regra, as mais extensas.

Ainda que o nosso objetivo seja o de analisar apenas a atuação dos serviços de Lisboa nos jornais diários, uma visão panorâmica sobre a ação nos diferentes domínios (quadro n.º 1) reveste-se de particular interesse:

Quadro n.º 1

Tipo de corte em todos os domínios de intervenção da censura

	cortes ligeiros	corte parcial	corte substancial	corte total	sem corte	Total
Agências noticiosas	-	386	1	821	-	1208
Jornais	4	26	122	636	-	788

Rev.&Jor. Estrangeiros	-	-	-	65	108	173
Livros Proibidos	-	-	-	49	119	168
Ordem militar	-	1	-	3	143	147
Total	4	413	123	1574	370	2484

Fonte: elaboração própria

O âmbito em que mais intervenções se verificaram foi o das agências noticiosas, seguido dos jornais, revistas e jornais estrangeiros, livros e ordens militares. A hierarquização é idêntica no que diz respeito ao “corte total” (tipo de ação predominante no período em análise, representando 63% das intervenções verificadas) (gráfico 1), em que, mais uma vez, as peças das agências noticiosas encimam a lista.

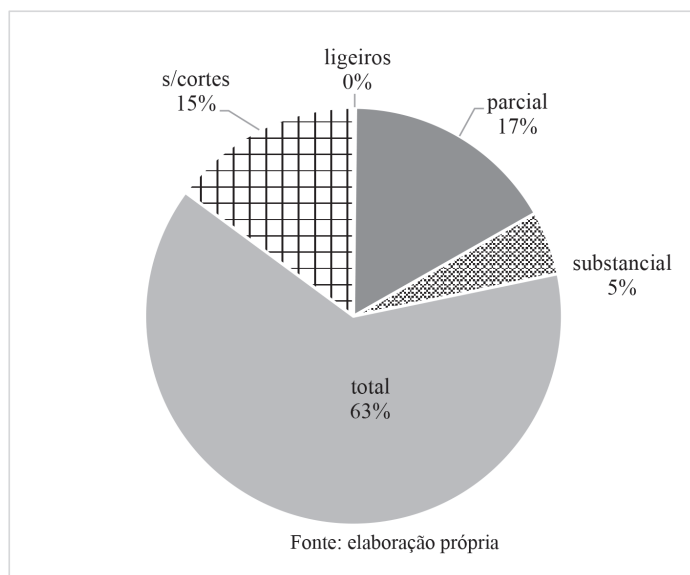


Gráfico n.º 1
Tipo de corte (%)

No entanto, se tivermos em conta a intervenção global da censura no período, constatamos que o peso dos cortes totais nos jornais é proporcionalmente mais elevado do que no caso das agências noticiosas (representando 80,7% dos cortes neste caso e 67,9% de todos os cortes no das agências). Se aos “cortes totais” juntarmos os “cortes substanciais” essa percentagem é esmagadora no caso dos jornais (96,2%).

A censura na imprensa diária no segundo semestre de 1970

Centrando a nossa atenção na ação dos serviços de censura da capital nos jornais diários é possível refinar a grelha de análise e introduzir outros elementos de caracterização. Quais os órgãos visados? Que tipo de corte/grau de intervenção por órgão de imprensa se verificou? Qual a frequência temporal das intervenções e quais os géneros jornalísticos visados? Que motivos foram apresentados para a ação da censura? Estas são algumas das questões a que procuraremos responder. Refira-se que, em 1968, 10 dos 19 diários existentes em Portugal Continental estavam sediados em Lisboa: *Diário de Notícias*, *O Século*, *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *A Capital*, *Jornal do Comércio*, *República*, *A Voz*, *Diário da Manhã*, *Novidades*.

Quadro n.º 2
Títulos imprensa censurados por tipo de corte

Título	Total	corte parcial	corte substancial	corte total
Diário de Lisboa	237	5	30	202
A Capital	199	8	32	159
República	148	4	14	130
Diário Popular	105	4	21	80

Século	48	3	15	30
Jornal do Comércio	21	-	2	19
Diário de Notícias	18	-	7	11
Novidades	5	1	1	3
A Voz	1	-	-	1
outros	6	5		1
total	788	30	122	636

Fonte: elaboração própria

De acordo com os dados coligidos, o *Diário de Lisboa* foi o título mais visado no período em análise (30% do total de cortes verificados), seguido de *A Capital* (25%), o *República* (19%) e o *Diário Popular* (13%). Nestes quatro casos a ação da censura traduziu-se maioritariamente em cortes totais, o que representava pesadíssimos custos para os jornais, como observou Raul Rego no II Congresso Republicano de Aveiro: “Em tempo perdido pelo pessoal, dispêndio de material, incluindo carros que vão e vêm da Censura, telefonemas que não mais acabam, perda dos correios, tudo isso talvez uns dois contos e meio por dia. Isso perfará mais de novecentos contos anuais!” (*apud* Cavaco, 2012, p. 320).

Publicações como o *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias* e, sobretudo, o *Novidades* e o *A Voz* tiveram uma intervenção residual (representando 6%, 3%, 1% e 0,1% das intervenções, respetivamente). Não deixa de ser interessante confrontar estes dados com a caricatura proposta por João Abel Manta ao *Diário de Lisboa* em Maio de 1969, ela própria alvo de censura. A imagem de irreverência e modernidade com que Manta retratou o *Diário de Lisboa* ou *A Capital* contrasta com a que utiliza para *A Voz* (beata) ou para o *Diário de Notícias* (criança bem comportada, em primeiro plano, perto da “professora”).

A julgar pelos resultados apurados, pelo menos no que diz respeito aos primeiros anos do marcelismo, a situação em Lisboa era diversa, dominando os cortes totais. Apenas um estudo mais dilatado poderá, no entanto, confirmar esta hipótese.

Menos significativos são os dados relativos à evolução temporal da ação da censura, não permitindo qualquer conclusão relevante (gráfico n.º2)

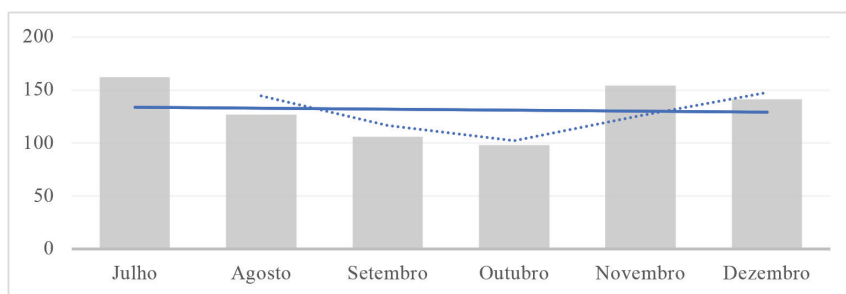


Gráfico n.º 2
Cortes na imprensa por mês
Fonte: elaboração própria

Mais interessante é a observação do tipo de peças visadas (Quadro n.º 3). A tipologia apresentada nos relatórios afigura-se-nos pouco rigorosa sendo, no entanto, notória a predominância dos géneros opinativos (sobretudo artigos e, de forma mais residual, crónicas, cartas, críticas, editoriais). Não deixa também de ser significativo verificar que 226 cortes (29%) incidiram sobre “notícias” e que mesmo alguns anúncios foram censurados.

Quadro n.º 3
Cortes por tipo de peça

Tipo de peças	n.º	%
Artigo	414	52,5
Notícia	226	28,7
Breves (Eco/efeméride)	53	6,7

Tipo de peças	n.º	%
Poesia/conto	35	4,4
Caricatura/Gravura	15	1,9
Crónica	13	1,6
Carta	9	1,1
Crítica	7	0,9
Comunicado/manifesto	5	0,6
Editorial	4	0,5
Reportagem	4	0,5
Anúncio	3	0,4
Total	788	

Fonte: elaboração própria

José Luís Garcia (2009, p. 56) chamou a atenção para o facto de “os critérios da censura de uma dada época” revelarem e alicerçarem “os valores culturais, políticos e morais vigentes”. Neste contexto, ganha destaque a análise dos motivos invocados para justificar as intervenções da censura.

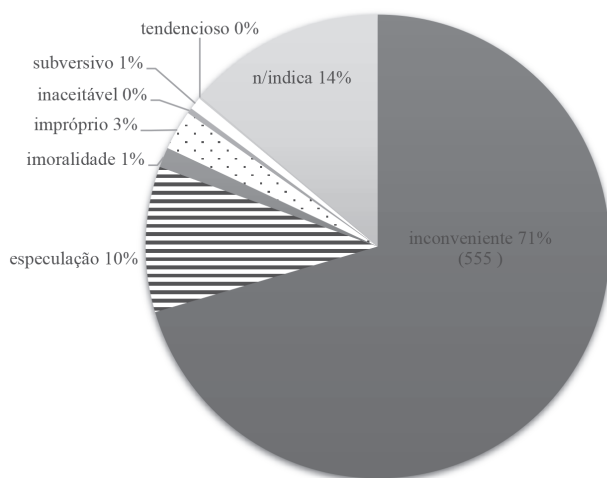


Gráfico n.º3
Motivos do corte
Fonte: elaboração própria

O principal motivo apresentado para justificar os cortes foi a “**inconveniência**” (555 cortes, correspondendo a 71% do total). Em 24% destes casos (134 cortes) é referida “inconveniência político-social”. Segue-se a “inconveniência publicitária” (17%), “inconveniência política internacional” (16%), “inconveniência social” (14%) e simplesmente o “inconveniente” (13%). As variantes são, no entanto, múltiplas e particularmente curiosas sendo a “inconveniência” acompanhada dos mais diversos classificativos: “política” (8%), “político-social internacional” (2%), “moral e social” (1%), “ataque ao turismo e propaganda” (1%), “e especulação antimilitarista” (0,4%), “internacional e social” (0,4%), “política internacional e propaganda comunista” (0,4%), “política nacional” (0,4%), “político-económica” (0,4%), “e imprópria” (0,4%), “e especulação social” (0,2%), “para a política africana” (0,2%), “para a política brasileira” (0,2%), “para a política ultramarina” (0,2%), “política, económica e social” (0,2%), “político-parlamentar” (0,2%) e “político-social e especulação” (0,2%).

No que diz respeito à “**especulação**” (80 cortes apresentam essa fundamentação, correspondendo a 10% do total) a adjetivação é também diversificada: “político-social” (26 cortes), “política” (19), “social” (16), “político-social internacional” (8) , “e inconveniência” (2), “social e religiosa” (2) e “político-religiosa” (1). Em apenas seis situações a justificação é simplesmente “especulação”.

O adjetivo “**impróprio**” (empregue em 22 casos) raramente é utilizado isoladamente sendo mais frequente encontrar a fórmula “impróprio e inconveniente” (18 casos). No caso da “**imoralidade**” a palavra é maioritariamente utilizada isoladamente (7 de 11 dos casos apurados), sendo excepcionalmente acompanhada de “especulação social” (2 casos) ou “inconveniência social” (também 2 casos). Refira-se, a título de curiosidade, que a “imoralidade” foi também o motivo invocado para justificar 51 das 65 intervenções verificadas nas “revistas e jornais estrangeiros”, representando a proibição de circulação de diversas publicações.

Finalmente, e ainda no que diz respeito aos cortes na imprensa, nas peças rotuladas como **subversivas** (7) é frequente aludir-se tratar-se de “propaganda comunista”. Menos imaginativos são os restantes motivos invocados para justificar a intervenção da censura: “inaceitável (3 cortes) e “tendencioso” (apenas 1 corte).

Mais difícil se revela a tarefa de tipificar as temáticas das peças visadas pela censura – os relatórios são bastante sumários limitando-se, na maior parte dos casos, a mencionar o título da notícia e o motivo do corte. Apenas a consulta das provas de cada peça permitirá uma análise mais fina e exata.

Ainda que em 15% dos casos não nos tenha sido possível apurar o teor das peças a partir das informações contidas nos relatórios da censura, é notório o peso esmagador da política. Ela surge sob as mais variadas fórmulas e capas, direta e indiretamente, como se pode constatar da análise da lista de classificadores que utilizamos: “Política” (13%); “Sindicalismo” (6%); “Contractos Coletivos de Trabalho e reivindicações laborais” (5%); “reuniões e encontros” (4%); “Colónias”, “Oposições”, “condições de vida e vencimentos”, “Corporativismo e Associações Profissionais” e “Movimento estudantil” (3% cada); “Segurança e Ordem Pública”, “protestos e reivindicações”, “Ministro e autoridades” e “políticas públicas” (2% cada); “municipalismo”, “direitos e liberdades”, “Ideologia”, “Forças Armadas”, “repressão” e “corrupção” (1% respetivamente); “agitação social e política”, “pensões e reformas”, “Guerra Colonial” e “Política Externa” (0,4% cada).

A par destes classificadores, que remetem diretamente para uma dimensão política, é ainda possível assinalar a atenção da censura à “Igreja/Religião” (6% das peças), à “Cultura” (6%), à “Educação e Ensino” (4%), à “Moral e Costumes” (2%), à “Economia” (2%), à “criminalidade e violência” (2%). Em menor escala encontram-se temas como “Emigração” (1%), “Feminismo” (1%), “Justiça” (1%), “Turismo” (1%), “Misericórdias” (0,4%) e “naturalismo” (0,4). As restantes notícias

(14 peças que classificámos como “outros”) dizem respeito a temas diversificados como “ETA”, “Suicídio” ou “Desporto”. Como denunciou Eduardo Lourenço (2000, p. 33), “Não vivíamos num país real mas numa ‘Disneylândia’ qualquer, sem escândalos, nem suicídios nem verdadeiros problemas”.

A título ilustrativo é interessante verificar que uma parte substancial das peças censuradas sobre “Igreja/Religião” se reporta ao Padre Mário de Oliveira, pároco de Maceira de Lixa. As primeiras quatro peças cortadas, publicadas no *Diário de Lisboa, República*, datam do verão de 1970. O tema voltou a ter destaque quando do início do seu julgamento, em Dezembro desse ano. Foi nesse contexto que, a 15 de Dezembro, o diretor dos Serviços de Censura colocou os seus funcionários em alerta para que se evitassem “as especulações e comentários”. Como resultado desta instrução, entre 9 e 19 de Dezembro nove peças foram alvo de censura (três foram totalmente cortadas e as restantes sofreram cortes substanciais).

O regresso da “velha”

No relatório que produziu, em janeiro de 1969, depois de visitar as suas delegações distritais, o diretor dos Serviço de Censura traçou um retrato dramático em que, a par da insuficiência das estruturas e das dificuldades de recrutamento, assinalou os problemas decorrentes do desinteresse, desorientação e ignorância sobre as normas a seguir manifestadas pelos censores (Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, 1980, p. 225-232). A estrutura encontrava-se obsoleta, exigindo uma intervenção urgente.

Ao contrário do panorama na província, os Serviços da Censura de Lisboa deram sinais de grande vitalidade. No entanto, os dados analisados deixam patentes alguns dos problemas denunciados, nomeadamente no que diz respeito aos critérios de atuação. Tendo

como alvos preferenciais publicações como o *Diário de Lisboa*, *A Capital* ou o *República*, os cortes da censura recaíram essencialmente sobre peças que versavam sobre política ou política laboral, ainda que a dispersão temática detetada deixe patente que esse não terá sido o critério central que presidiu à atividade da censura. Paralelamente, o facto de os cortes serem maioritariamente justificados pela “inconveniência” das peças, deixa evidente o pouco rigor e as dificuldades com que os censores se debatiam. Será, em grande medida, em resposta a estas inquietações que, como referimos, o Diretor Geral da Informação lançou, em fevereiro de 1971, as novas “Instruções sobre censura de publicações gráficas”. No contexto do debate na Assembleia Nacional da Lei de Imprensa, o regime revelava-se inquieto com a uniformização de critérios e a “fundamentação legal” da atuação da Censura.

Vasco Pulido Valente (2002, p. 47) recorda que, em 1947, Marcelo Caetano escrevera a Salazar alertando-o para a necessidade de “conquistar a opinião” através de um “debate de ideias no qual se retemperassem as convicções e se exercitassem os elementos mais ardorosos, generosos e combativos’ do regime”. No entanto, uma vez chegado ao poder, a atuação de Marcelo Caetano indicou um caminho distinto. Apesar da anunciada abertura, a censura persistiu procurando novas formas de intervenção e aperfeiçoando os seus métodos.

Como observam Correia e Baptista (2007, p. 25), o impacto da censura transcendeu em muito a amputação da informação e os custos financeiros que acarretava, dado que “alterou as rotinas produtivas, afetou a cultura profissional, acentuou a subalternidade do estatuto do jornalista e teve influência nos próprios caminhos e contornos da construção da profissão”. Moldando o jornalismo e os *media*, as suas relações com o poder e com a opinião pública, a censura condicionou determinantemente a sociedade portuguesa mesmo no estertor do regime. O estudo sobre a atuação da censura em 1971-1972, que em breve apresentaremos, permitirá aprofundar esta reflexão.

REFERÊNCIAS

- Almeida, G. (1980). *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Azevedo, C. de. (1999). *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Caminho.
- Barbosa, M. S.C. (2015). *Novo Estado Marcelista (1929-1974)*. Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História, ramo de Época Contemporânea. Coimbra: Universidade de Coimbra
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte
- Cádima, F.R. (1996). *Salazar Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Carvalho, A. A. de (1973). *A Censura e as Leis de Imprensa*. Lisboa: Seara Nova.
- Carvalho, A. A. de (1999). *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Carvalho, A.A. de (2009, 8 de agosto). “Como entrei na sede da censura”. In *Expresso*
- Carvalho, A. A. de e Monteiro, A. (1971). *Da liberdade de imprensa*. Lisboa: Editora Meridiano Carvalho.
- Cavaco, S. (2012). *Mercado Media em Portugal no período Marcelista*. Lisboa: Edições Colibri.
- César, O. (2013). A ordem informativa do salazarismo e o agir jornalístico do Notícias da Amadora. *Media & Jornalismo*, 23.12, 1: 119–134.
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1980). *A política de informação no regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Correia, F.; Baptista, C. (2007). *Jornalistas do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Lisboa: Caminho.
- Cristo, D. (2005). *A Rádio em Portugal e o Declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Franco, G (1993). *A Censura à Imprensa (1820-1974)*. Lisboa: INCM-Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Garcia, J. L. (2009). Sobre a Censura em Portugal. In J.L. Garcia (Org). *Estudos Sobre Os Jornalistas Portugueses. Metamorfoses e Encruzilhadas No Limiar Do Século XXI* (pp. 47–61). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gomes, J. C. (2006). *Os militares e a censura*, Lisboa: Livros Horizonte
- Gomes, J. C. (2013). Os Censores do 25 de Abril: O Pessoal Político da Censura à Imprensa. *Media & Jornalismo*, 12.1: 119–163.
- Lemos, M. M. e (2006). *Jornais Diários Portugueses do Século XX – um Dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora /CEIS20.
- Lourenço, E. (2000). *O Labirinto da Saudade, Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Gradiva.
- Oliveira, J. M. P. de (2017). *Comunicação e Quotidiano. Textos e Intervenções (1983-2016)*. Lisboa: Tinta da China.

- Príncipe, C. (1979). *Os segredos da censura*. 2ª ed., Lisboa: Editorial Caminho.
- Reis, A. (1990), *Portugal Contemporâneo*, vol. 6. Lisboa: Publicações Alfa.
- Sobreira, R. (2003). *Jornalistas Portugueses: 1933-1974: Uma Profissão em Construção*. Lisboa: Livros Horizonte
- Tengarrinha, J. M. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª ed. revista e ampliada, Lisboa: Editorial Caminho.
- Tengarrinha, J. M. (2006). *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Torgal, L. R. (2009). *Estados novos, Estado Novo*, vol. 1, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Valente, V. (2002). *Marcello Caetano, as desventuras da razão*. Lisboa: Gótica.
- Vargues, I. N. (2006). Para uma História da Imprensa Diária Portuguesa no Século XX. In M.M. e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX – um Dicionário* (pp. 29-141). Coimbra: Ariadne Editora /CEIS20.
- Vargues, I. N. (2007). Tesoura, rolha e lápis: os tempos da censura e do combate pelas liberdades de expressão e de imprensa em Portugal. *Estudos Do Século XX*, 7: 39–59.